

# **Câmara Municipal de Ubá**

ESTADO DE MINAS GERAIS

## **COMISSÃO DE LEGISLAÇÃO, JUSTIÇA E REDAÇÃO FINAL (CLJR):**

**PARECER Nº 004, 14 de fevereiro de 2022.**

**OBJETO:** Projeto de Lei Ordinária nº 007/2022, que “*Dispõe sobre a denominação de Rua Celino Estevão, no Bairro Oseas Maranhão, a logradouro público desta cidade.*”

**AUTORIA:** VEREADOR JOSÉ DAMATO NETO

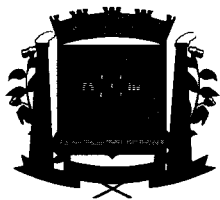
**APOIADORES:** VEREADORES JANE CRISTINA LACERDA PINTO, JOSÉ CARLOS REIS PEREIRA E CÉLIO LOPES DOS SANTOS

### **1- RELATÓRIO**

Trata-se de projeto de lei, de origem parlamentar, que tem como objetivo a denominação do logradouro público no Bairro Oseas Maranhão, que ainda não possui nomenclatura oficial.

A presente proposição, após passar pela discussão nesta Comissão, entrará em pauta observando os termos regimentais, em Sessão Ordinária, ou extraordinária, se houver. Caso sejam apresentadas emendas, essas serão objeto de pareceres individuais.

O autor do projeto instruiu o mesmo com as respectivas certidões de óbito da pessoa homenageada, a Certidão expedida pela Prefeitura Municipal, além da apresentação de abaixo assinado com assinatura de mais de 50% dos proprietários dos imóveis locais, comprovando o preenchimento dos requisitos legais para a denominação do respectivo logradouro.



# **Câmara Municipal de Ubá**

ESTADO DE MINAS GERAIS

Desse modo, seguindo os ditames regimentais, vem a esta comissão o projeto em questão, a fim de ser apreciada quanto aos seus aspectos constitucional, legal e jurídico, com fulcro no artigo 48 do Regime Interno da Câmara Municipal de Ubá (Resolução 10/1993):

***Art. 48. Compete a Comissão de Legislação, Justiça e Redação Final:***

***I- Manifestar-se quanto ao aspecto constitucional, legal e regimental e quanto ao aspecto gramatical e lógico sobre todos os assuntos entregues à sua apreciação, citando, quando for o caso, o dispositivo constitucional, legal ou regimental.***

***(...)***

Feito o relatório, passa-se a opinar.

## **II- FUNDAMENTAÇÃO**

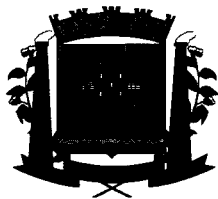
O projeto reúne condições para prosseguir em tramitação, encontrando fundamento no art. 77, caput, da Lei Orgânica Municipal de Ubá, segundo o qual a iniciativa das leis complementares e ordinárias cabe a qualquer *vereador* ou Comissão da Câmara, ao Prefeito Municipal e aos Cidadãos.

O projeto versa sobre matéria de competência do Município em face do interesse local, encontrando amparo no artigo 30, inciso I. Vejamos o que dispõe a Lei Orgânica do Município sobre o assunto:

***Art. 21 Ao município compete prover a tudo quanto diga respeito ao interesse local e ao bem-estar de sua população, cabendo-lhe, privativamente, dentre outras, as seguintes atribuições:***

***I – legislar sobre assuntos de interesse local;***

***(...)***



## **Câmara Municipal de Ubá**

ESTADO DE MINAS GERAIS

***LIII – dar denominação a próprios municipais e logradouros públicos.***

(...)

Complementando o assunto, o artigo 26 da Lei Orgânica Municipal exige o cumprimento de *dois requisitos* para denominação de logradouros públicos no âmbito Municipal, quando relacionados a homenagem de pessoas: a) não poderá ser homenageada pessoa viva; b) somente após um ano do falecimento.

***Art. 26 O Município não poderá dar nome de pessoas vivas a bens e serviços públicos de qualquer natureza.***

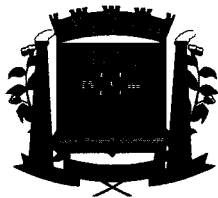
***Parágrafo Único. Para os fins deste artigo, somente após um ano do falecimento poderá ser homenageada qualquer pessoa, salvo personalidades marcantes que tenham desempenhado altas funções na vida administrativa do município, no Estado ou do País.***

Portanto, conforme se verifica em informação constante na Certidão de Óbito da pessoa homenageada, essa faleceu no dia 10 de junho de 2017, preenchendo o requisito temporal de no mínimo 1 ano de falecimento.

Quanto à competência do poder legislativo para dispor sobre o tema, o Município de Ubá conta com a Lei n.º 2.420, de 25 de maio de 1993, que “estabelece condições especiais para apreciação de Projetos de Lei dispendo sobre denominação de logradouros públicos no Município de Ubá”.

Apresentados os fundamentos legais, passaremos à análise do mérito do projeto em discussão:

- 1) O respectivo logradouro (Rua G, ainda sem nomenclatura oficial, que tem início na Rua Oseas Maranhão e término na Rua Gorasil de Castro Brandão), conforme redação do artigo 1º do P.L nº 156/2021, está devidamente cadastrada sob o código de logradouro nº 6730.



## Câmara Municipal de Ubá

ESTADO DE MINAS GERAIS

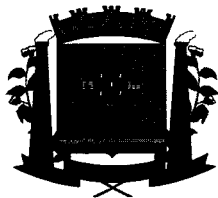
- 2) A apresentação de abaixo-assinado contendo a assinatura de quatro moradores locais, e a manifestação e aprovação, nesse caso, de 100% (cem por cento) dos proprietários de imóveis das mesmas (Art. 1º, parágrafo único, Lei nº. 2.420/93), conforme anexado ao P.L em epígrafe;
- 3) O nome indicado pertence a um cidadão falecido há mais de 4 anos, conforme regularmente comprovado pela certidão de óbito em anexo;
- 4) Fora observada a juntada da **Certidão do Cadastro Técnico da Prefeitura Municipal**, “atestando a inexistência de denominação oficial e que o logradouro público possui as seguintes obras de infraestrutura (água, esgoto e iluminação pública)”, conforme disciplina o artigo 2º da Lei Municipal sobre o tema.

Dessa forma, cumpre ressaltar que o P.L foi devidamente instruído com os respectivos documentos que comprovam o preenchimento dos requisitos legais exigidos, tanto pela Lei Orgânica Ubaense quanto pela Lei nº 2.420/93.

Por estes fundamentos, entendemos que o projeto de Lei em Referência é formalmente legal e constitucional, além de atender aos requisitos constitucionais e legais relativos à matéria, bem como os princípios gerais da Administração Pública e demais normas de Direito Constitucional. Ressaltamos, também, que o projeto está redigido em boa técnica legislativa e atende aos parâmetros de juridicidade, não havendo nenhuma violação reflexa ao ordenamento jurídico, sobretudo em relação ao orçamento anual e a utilização dos recursos pretendidos.

Quanto ao *quórum de aprovação* o Regimento Interno da Câmara Municipal de Ubá disciplina que as deliberações do Plenário, regra geral, serão tomadas por *maioria simples* (art. 37, §3º, RICMU) e, nesse caso, em *turno único de votação*, por se enquadrar o tema tratado em uma das hipóteses previstas no regimento (art. 136, *caput*, RICMU).

### III- CONCLUSÃO



## **Câmara Municipal de Ubá**

ESTADO DE MINAS GERAIS

Portanto, resta claro, em vista do exposto, que ao se levar em conta a temática abordada, o projeto em epígrafe se encontra apta à tramitação, tanto em seu *aspecto formal quanto material*, estando em perfeita harmonia com os dispositivos da Constituição Federal, da Lei Orgânica do Município, da Lei Municipal nº 2.420/93 e do Regimento Interno desta Casa.

Logo, o parecer é pela **constitucionalidade e legalidade** do Projeto de Lei nº 007/2022. Informa-se ainda que a mesma será apreciada em turno único de votação (Art. 136, caput) e sua aprovação depende de maioria simples da Câmara.

Ubá, 14 de fevereiro de 2022.



---

**EDEIR PACHECO DA COSTA**  
**PRESIDENTE DA COMISSÃO**



---

**JOSÉ MARIA FERNANDES**  
**MEMBRO DA COMISSÃO**



---

**APARECIDA SÔNIA FERREIRA VIDAL**  
**MEMBRO SUPLENTE**